



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

036

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0180305-6

COMARCA : Recife – Vara dos Crimes Contra a Administração Pública
APELANTE : João Vieira Cavalcanti e OUTRO
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virginio

EMENTA:

5482
PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 1º, INCISO II, DA LEI 8.137/90. PRELIMINARES DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. OFENSA À CONSTITUIÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO. DECISÃO EM HARMONIA COM A PROVA DOS AUTOS. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I – Não restando comprovado o pagamento integral do débito, mas de apenas uma cota da dívida tributária, não se pode falar em extinção da punibilidade com base no art. 34 da Lei n.º 9.249/95 ou no art. 9º, §2º da Lei n.º 10.684/03.

II – *In casu*, o que se pune é a conduta descrita no art. 1º, inciso II da Lei 8.137/90 e não a inadimplência do pagamento das cotas do débito tributário, como alegado pela defesa, não se havendo falar de nulidade por ofensa ao princípio da vedação de prisão por dívida civil.

III – Oportunizado aos acusados falarem, por ocasião das alegações finais, sobre os documentos acostados em face das diligências do art.499, do CPP, sem que os mesmos se manifestassem sobre eventual prejuízo, resta precluso o direito de arguir qualquer nulidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

037

não se havendo, por tal motivo, como acolher a referida preliminar. Inteligência do art. 593 do CPP.

IV - Não merece reforma, e conseqüente absolvição dos réus, a sentença cuja condenação guarda harmonia com as provas carreadas aos autos.

V - Preliminares rejeitas. Decisão unânime.

VI - Recurso improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0180305-6**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**, à unanimidade, em **rejeitar as preliminares suscitadas**, e, no mérito, à **unanimidade, negar provimento do recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 22 de *dezembro* de 2007.


Presidente


Desª. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

038

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0180305-6

COMARCA : Recife – Vara dos Crimes Contra a Administração Pública
APELANTE : João Vieira Cavalcanti e OUTRO
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

RELATÓRIO

João Vieira Cavalcanti e Cláudia de Azevedo Rino foram denunciados como incurso nas penas do art. 1º, II (2ª figura)¹, da Lei 8.137/90 (fls. 02/04), acusados de terem fraudado o fisco estadual no período de 19.03.2003 a 21.01.2004, adquirindo mercadoria (combustível), sem nota fiscal, deixando de escriturar nos Livros Fiscais obrigatórios as entradas e saídas dos produtos, utilizando o artifício de retroceder o contador de litros das bombas de combustível para justificar as vendas dos mesmos sem comprovação da sua origem, pelo que foi lavrado o Auto de Infração de n.º 005.00226/04-0.

Concluída a instrução criminal, o acusado **João Vieira Cavalcanti** foi condenado por infração ao art. 1º, inciso II, da Lei 8.137/90 c/c art. 71 do CPB, à pena definitiva de 02 (dois) anos e 11 (onze) meses de reclusão e 90 (noventa) dias-multa, sendo a acusada **Claudia de Azevedo Rino** condenada à sanção definitiva de 02 (dois) anos, 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa, em regime aberto, conforme sentença de fls. 672/684.

Inconformados, os réus apelaram da decisão (fls. 688), oferecendo suas razões recursais às fls. 707/716 e 720/727, arguindo as preliminares de extinção da punibilidade em virtude do parcelamento da dívida, nulidade em face de ofensa à Constituição Federal, pois não poderia haver prisão por dívida, e por fim, que ocorreu cerceamento de defesa, na medida em que foram juntados documentos aos autos sem que fosse dada vistas aos recorrentes. No mérito, afirmam que não há prova nos autos de que os mesmos exerciam a administração e gerência da empresa, pugnando ao final pela absolvição. *M*

¹ Art. 1º Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas: (...)

II - fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

039

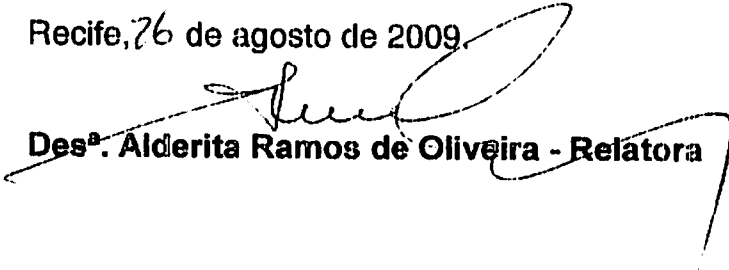
O Ministério Público ofereceu contrarrazões de apelação, rechaçando as alegações ali contidas, pugnando pelo improvimento do recurso, (fls. 730/733).

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Ricardo Lapenda Figueiroa ofereceu parecer às fls.736/745, opinando pelo improvimento do apelo.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 26 de agosto de 2009.


Desª. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

040

18

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0180305-6

COMARCA : Recife – Vara dos Crimes Contra a Administração Pública
APELANTE : João Vieira Cavalcanti e OUTRO
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

VOTO – 1ª PRELIMINAR: Extinção da punibilidade

Suscitam, os recorrentes, preliminar de extinção da punibilidade no tocante ao delito previsto no art. 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, em face do parcelamento da dívida referente à autuação que fundamentou a denúncia, em face do disposto no art. 9º, § 2º, da Lei 10.684/03.

Razão não assiste aos apelantes.

Efetivamente, a Lei 10.684, de 30 de maio de 2003, prevê, em seu art. 9º, § 2º, a extinção da punibilidade dos crimes previstos nos arts. 1º e 2º, da Lei 8.137/90 e nos arts. 168A e 337A do Decreto-lei 2.848/40, **quando a pessoa jurídica relacionada ao agente efetuar o pagamento integral dos débitos tributários, incluindo-se os acessórios.**

Nesse sentido têm sido as decisões emanadas do Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:

CRIMINAL. HC. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. FORMAÇÃO DE QUADRILHA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. LEI 10.684/03. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. COMPROVAÇÃO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. CONTINUIDADE DELITIVA. CRIME ÚNICO. QUITAÇÃO DA DÍVIDA TRIBUTÁRIA. NÃO DESCARACTERIZAÇÃO DO DELITO DE QUADRILHA. INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO ASSOCIATIVO. ILEGALIDADE NÃO VERIFICADA. IMPROPRIEDADE DO WRIT. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. Hipótese na qual os pacientes foram denunciados pela suposta prática do crime previsto no art. 1º, incisos

² Art. 9º É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e nos arts. 168A e 337A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no regime de parcelamento. (...)

§ 2º Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

041

I, II e IV, da Lei n.º 8.137/90, c/c art. 71 do Código Penal, e art. 288 do Estatuto Repressor. **Comprovado o pagamento integral do débito tributário, incide, à hipótese dos autos, o § 2º do art. 9º da Lei n.º 10.684/2003, ensejando o trancamento da ação penal, eis que extinta a punibilidade. Precedentes do STF e desta Corte.(...).** Ordem parcialmente concedida, nos termos do voto do Relator.(HC 50.157/SC, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 07/11/2006, DJ 18/12/2006 p. 416).(DESTAQUEI)

Contudo, o que se vê nos autos é que não houve pagamento do tributo, tampouco dos acessórios por parte dos agentes antes do recebimento da denúncia. Na verdade, houve um parcelamento, em 10 (dez) cotas, ocorrendo o pagamento de apenas 01 (uma) das prestações, datada de 13/04/2004 (fls.590).

Desse modo, não se há falar em nulidade decorrente do recebimento da denúncia, pois não há extinção da punibilidade em favor dos apelantes, tendo ocorrido apenas a suspensão da pretensão punitiva, sendo a mesma encerrada com o descumprimento do acordo.

Isto posto, ante a ausência de comprovação da quitação do débito que ensejou a denúncia (fls. 02/04), e em conformidade com o parecer da d. Procuradoria de justiça, **rejeito a preliminar** suscitada pela defesa.

Recife, 22 de dezembro de 2009.


Desª. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

042

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0180305-6

COMARCA : Recife – Vara dos Crimes Contra a Administração Pública
APELANTE : João Vieira Cavalcanti e OUTRO
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

VOTO – 2ª PRELIMINAR: Nulidade por ofensa à Constituição Federal

Suscitam, os recorrentes, questão prefacial, onde aduzem que não se pode considerar crime a inadimplência do pagamento do parcelamento de débito tributário, afirmando constituir atentado ao princípio que veda a prisão civil por dívida, constituindo, desta forma, um verdadeiro constrangimento ilegal e um atentado à liberdade do cidadão.

De igual modo, não assiste razão aos apelantes, como bem destacou o douto Procurador de Justiça em seu judicioso parecer às fls.742:

“(...) O que se pune no presente processo não é o inadimplemento da obrigação tributária dos Apelantes, pois esta será objeto de cobrança através da execução fiscal cabível. A sanção de natureza penal aqui verificada e analisada é decorrente da adequação típica da conduta dos Apelantes que, em momento algum desse recurso foi impugnado. Ora, o comportamento dos Apelantes verificado pelo auditor fiscal da receita estadual se submete perfeitamente com a moldura típica prevista pelo art. 1º inciso II, da Lei 8.137/90; (...)”

Desse modo, não merece prosperar o argumento trazido na preliminar ora suscitada, uma vez que os mesmos estão sendo condenados em virtude de terem realizado a prática de condutas descritas como sendo criminosas, não havendo punição por inadimplemento de obrigação civil, mas sim, por prática delituosa.

Assim exposto, rejeito a preliminar.

Recife, 22 de dezembro de 2009.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

043

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0180305-6

COMARCA : Recife – Vara dos Crimes Contra a Administração Pública
APELANTE : João Vieira Cavalcanti e OUTRO
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

VOTO – 3ª PRELIMINAR: Cerceamento de defesa

Suscitam, os recorrentes, questão prefacial, onde aduzem que houve cerceamento de defesa decorrente da não abertura de vista à defesa para que esta se pronunciasse sobre o resultado das diligências solicitadas pela acusação na fase do art.499 do CPP.

Cuido não assistir razão aos apelantes.

Os apelantes tiveram oportunidade de se pronunciar sobre os documentos acostados às fls.188/190 após o término da instrução processual, pois esses foram juntados antes que a defesa apresentasse suas alegações finais, além do que não demonstraram qualquer prejuízo advindo da apontada nulidade, motivo pelo qual não há como reconhecê-la, já que, como é consabido, não se declara a nulidade de ato se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu. A hipótese sugere a aplicação do princípio *pas nullité sans grief*, nos termos do art. 563³ do Código de Processo.

Desse modo, rejeito a preliminar.

Recife, 22 de dezembro de 2007.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora

³ Art. 563. Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

Ackas/Apel crim - 0180305-6 - Crim cont ord trib-ut,PRELIM exting punib e prescriç,art 1,II,I,8137-90,fraud ou elem locat reduç ICMS,mater compr,absolv,impos,imprev



044

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0180305-6

COMARCA : Recife – Vara dos Crimes Contra a Administração Pública

APELANTE : João Vieira Cavalcanti e OUTRO

APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

VOTO - MÉRITO

Os apelantes João Vieira Cavalcanti e Claudia de Azevedo Rino foram condenados em sentença proferida em 04.08.2008 (fl.684), à pena definitiva de 02 (dois) anos e 11 (onze) meses de reclusão e 90 (sessenta) dias-multa e à sanção definitiva de 02 (dois) anos, 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa, respectivamente, por infração ao art. 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, pelo fato de terem fraudado o fisco estadual no período de 19.03.2003 a 21.01.2004, adquirindo mercadoria (combustível), sem nota fiscal, deixando de escriturar nos Livros Fiscais obrigatórios as entradas e saídas dos produtos, utilizando o artifício de retroceder o contador de litros das bombas de combustível para justificar as vendas dos mesmos sem comprovação da sua origem, pelo que foi lavrado o Auto de Infração de n.º 005.00226/04-0.

A materialidade dos delitos encontra-se evidenciada no auto de infração n.º005.00226/04-0, lavrado pela Fazenda Estadual (fls.13).

Os acusados negaram a prática delitiva que lhes foi atribuída na denúncia, conforme adiante se vê:

Em juízo, o acusado João Vieira Cavalcanti, afirmou (167/169):

"(...) Que não é verdadeira a acusação que lhe é feita na denuncia; Que o interrogado apenas tomava conta da parte comercial da empresa O G Carvalho (posto de gasolina), localizado na Av. Visconde de Albuquerque; Que na verdade o posto de gasolina O G Carvalho tinha uma dívida com a Federal Petróleo; Que o interrogado pela fato de manter um bom relacionamento com a Federal Petróleo, assim como com o Sr. João de Oliveira Carvalho, titular do posto O G Carvalho, acabou sendo convidado por ambos para opinar em relação a parte comercial daquele posto de gasolina; Que a atividade do interrogado consistia tão somente em administrar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

045

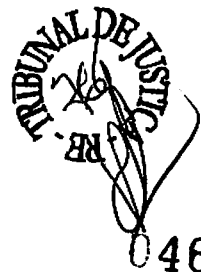
preço de venda; Que o interrogado não dava sequer expediente no posto O G Carvalho e na verdade somente dificilmente comparecia àquele posto; Que o interrogado exerceu essas atribuições no período de final de julho a dezembro de 2003; Que a atividade do interrogado era exercida tão somente a título de camaradagem pois o interrogando não recebia nenhum salário ou remuneração pela sua atuação; Que o interrogando fez na verdade foi ajudar tanto a Federal Petróleo, quanto a empresa O G Carvalho; (...)"

A acusada Cláudia Rino, por ocasião da instrução criminal asseverou (fls.170/172):

"(...) Que a interrogando trabalha no posto VC, localizado na Avenida Norte, 2905; Que a interrogada trabalha no escritório; Que o dono do posto VC é o réu João Vieira Cavalcanti; Que o réu João Vieira é a pessoa que administra o posto VC; Que foi o réu João Vieira que chamou a interroganda para fazer as caixas do posto OG Carvalho; Que a interroganda fez as caixas do posto OG Carvalho durante o tempo de outubro a dezembro de 2003; Que na época o dono do posto OG Carvalho, Sr. João Carvalho estava com uma dívida para com a Federal Petróleo; Que o Sr. João Carvalho convidou o réu João Vieira para ajudá-lo na parte comercial do posto OG Carvalho; Que o trabalho de João Vieira na parte comercial do posto consistia em vendas de combustível e levantamento de capital de giro para que o posto pudesse sobreviver; (...) Que a interrogada reafirma que não era gerente do posto OG Carvalho, mas tão somente ali trabalhou no período de outubro a dezembro de 2003 cuidando dos caixas; (...)".

A testemunha João de Oliveira Carvalho interrogado em juízo às fls.183/185, disse:

"(...) Que a empresa do depoente estava com dívida para com a Federal Distribuidora de Petróleo e por conta disso o depoente acabou tendo que locar o seu posto de gasolina para a própria Federal Distribuidora de Petróleo; Que a partir de 2003 o posto de gasolina do depoente passou as mãos da Federal Distribuidora de Petróleo que por sua vez colocou lá para administrar o posto de gasolina o réu João Vieira Cavalcanti, o qual na época era titular da firma Posto V C Ltda, situado na Av. Norte; Que pela locação o depoente recebia mensalmente a importância de R\$1.000,00 (um mil reais); Que esse valor que o depoente recebia mensalmente na Av.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

Norte, n.º2905, local onde funciona o posto V C, pertencente ao réu João Vieira Cavalcanti; (...) Que o depoente reafirma que a partir do mês de abril de 2003 quem passou a administrar o posto O G Carvalho foi o réu João Vieira Cavalcanti; Que não é verdadeira a afirmação do réu João Vieira Cavalcanti no seu interrogatório quando nega que passou a administrar o posto de gasolina quando este foi locado para a Federal Distribuidora; Que na verdade, o réu João Vieira Cavalcanti quando afirma que a sua atuação no posto de gasolina ocorreu a título de camaradagem, pois foi ele que foi indicado pela Federal Distribuidora para administrar o posto que pertencia ao depoente; Que na verdade, o réu João Vieira Cavalcanti não só passou a administrar o posto do depoente, como também administrava outros postos de gasolina os quais a Federal Distribuidora possuía créditos vencidos com seus proprietários; (...) Que segundo diziam os donos de posto de gasolina concorrentes do réu João Vieira ele João Vieira fazia concorrência desleal comprando combustível sem nota, como também colocando mais água no álcool, como também colocando mais álcool na gasolina e ainda usando de uma máquina que desligava a bomba de combustível, impedindo que ela fosse testada pela fiscalização; Que quando da celebração do contrato do depoente com a Federal distribuidora de Petróleo havia uma cláusula contratual a qual garantia ao depoente o direito de acompanhar a administração do posto pelo senhor João Vieira; Que diante da intimidação do réu João Vieira, o depoente somente conseguiu permanecer no posto por no máximo sessenta dias, sendo que depois desse período o depoente não mais apareceu por lá; (...)”.

Conforme se observa dos depoimentos supra, a versão trazida pelos acusados em juízo é fato isolado, não se coadunando com as demais provas coligidas aos autos.

Muito embora a empresa O.G.Carvalho formalmente pertencesse ao Sr. João Oliveira de Carvalho, Creuza de Fátima Gomes e Cleide Gomes Carvalho, conforme documento de fls.609/610, desde 01.07.2003 estava locada à Federal Distribuidora de Petróleo Ltda, consoante documentos de fls.188/189, o que demonstra ser, o apelante, João Vieira Cavalcanti a pessoa responsável pela administração e gerência da citada empresa à época da lavratura do auto de infração nº 005.00226/04-0 (fls. 07/136), que ocorreu em 08.03.2004, não merecendo, desta maneira, ser acolhida a pretensão de sua absolvição.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

047

De outra parte, as informações produzidas pela Secretaria da Fazenda Estadual em seu relatório às fls.43 esclarece que a recorrente Cláudia Rino *"seria pessoa de confiança do Sr. JOÃO VIEIRA, sendo responsável entre outras coisas, pelo preenchimento dos Livros de Movimentação de Combustíveis (LMC) dos postos administrados pelo Sr. JOÃO"*, além de ter assinado, como representante da empresa, os Atestados de intervenção em Bomba de Combustíveis (fls.17/18), fato esse narrado pela própria acusada quando afirma que *"fez os caixas do Posto OG Carvalho durante o tempo de outubro a dezembro de 2003"* (fls.170).

Desta forma, não há como prosperar a absolvição perseguida pela defesa, uma vez que restaram demonstradas as condutas ilícitas praticadas pelos recorrentes, através do Auto de Infração nº 005.00226/04- (fls. 81/82) e demais provas coligidas aos autos.

Isto posto, em consonância com o parecer da Douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao recurso**, mantendo íntegra a sentença prolatada pelo juiz de 1º grau.

Recife, 22 de dezembro de 2009.


Desª. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO



PROCESSO Nº: 0180305-6 048
COMARCA: RECIFE
VARA: VARA DOS CRIMES CONTRA A ADM.
PÚBLICA E ORÇAMENTÁRIA
APELANTE: JOÃO VIEIRA CAVALCANTI
CLÁUDIA DE AZEVEDO RINO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO

VOTO REVISOR

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, **rejeitando** as preliminares e **negando** provimento ao apelo, mantendo a sentença de primeiro grau.

É corno voto.

09/09/2009

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Revisor